

## DAP REALIZA REUNIÃO MENSAL COM PRESENCAS DO PRESIDENTE E DIRETOR DE INVESTIMENTOS DA PETROS

O Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista promove, no próximo dia 29 de abril (quarta-feira), mais uma reunião mensal do Departamento de Aposentados e Pensionistas.

**A atividade contará com a participação do presidente da Petros, Marcelo Farinha, e do diretor de investimentos, Gustavo Gazaneo, que irão divulgar o resultado financeiro da Fundação.**

Na ocasião, também será realizada a tradicional comemoração dos aniversariantes do mês de abril, pro-

movendo um momento de confraternização entre os participantes.

A reunião acontecerá das 15h às 17h, de forma simultânea na sede do Sindicato, em Santos, e na subsede, em São Sebastião. Para quem não puder comparecer presencialmente, o encontro contará com transmissão ao vivo.

**Participe e faça suas perguntas diretamente ao presidente e ao diretor sobre o futuro do nosso plano!**

## CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA A GRIPE DO SINDIPETRO-LP GARANTE PROTEÇÃO COM PREÇO ACESSÍVEL

Com a chegada dos períodos mais frios, aumentam os casos de doenças respiratórias, como a gripe, que tendem a afetar com mais intensidade públicos mais vulneráveis, como crianças, idosos e pessoas com comorbidades.

Com o objetivo de contribuir para a prevenção e a saúde da categoria, o Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista realizará sua campanha anual de vacinação contra a gripe, destinada a associados, associadas e seus dependentes habilitados. O valor da aplicação será de R\$ 35, já com parte do custo subsidiado pelo Sindicato, sendo necessário pagamento em espécie ou por Pix.

A imunização acontecerá nas seguintes datas e locais:

**Santos: 28 de abril e 05 de maio, das 10h às 12h e das 14h às 16h**

**São Sebastião: 29 de abril, das 12h às 16h**

**Caraguatatuba: 13 de maio, das 12h às 16h**

Além das datas presenciais, também será possível se vacinar na clínica Mar Saúde, com início em 06 de abril e término em 30 de maio. Para isso, é preciso passar

na sede do Sindicato durante a semana, pagar a dose (R\$ 35) e levar o voucher até a clínica. **Vale lembrar, que sem o voucher não há a possibilidade de ser imunizado.** A Clínica Mar saúde fica na Av. Dr. Epitácio Pessoa, 547, Ponta da Praia, em Santos, e funciona de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 18h30, e aos sábados, das 8h às 12h O telefone da clínica é (13) 3272-5252.

É importante destacar que a campanha está condicionada ao período estabelecido e à disponibilidade das doses, por isso, a orientação é que os interessados procurem o serviço dentro do prazo.

A sede do Sindipetro-LP fica na Avenida Conselheiro Nébias, 248, Vila Mathias, em Santos. A subsede em São Sebastião fica na Avenida Auta Pinder, 218, Centro, São Sebastião. A Delegacia Sindical está localizada à Avenida Rio Branco, nº 1.155 - sala 03 – Indaiá.

A iniciativa reforça o compromisso do Sindipetro-LP com a qualidade de vida e o bem-estar da categoria, ampliando o acesso à imunização e contribuindo para a redução da circulação do vírus.

**IR 2026 - Para ser atendido na sede, é indispensável realizar agendamento prévio pelo telefone (13) 3202-1100 ou pelo Whatsapp (13) 99770-2043. Na subsede, o atendimento é realizado no Escritório da Adriana Antonia Puertas, localizado à Rua Joaquim Puertas, nº 39 – São Francisco da Praia – São Sebastião. É importante ressaltar, que os associados devem pegar uma autorização na subsede do Sindicato para levar ao escritório da contabilidade.**

# ENTIDADES DETALHAM PROPOSTA EM ELABORAÇÃO PARA TENTAR PÔR FIM AOS PEDS E REDUZIR DESCONTOS

O debate sobre os Planos de Equacionamento de Déficit (PEDs) da Petros entrou em uma fase decisiva. Em live realizada no dia 6 de abril pelo Fórum em Defesa dos Participantes e Assistidos da Petros, representantes de entidades sindicais e associativas apresentaram o desenho em elaboração de uma proposta que busca reduzir ou encerrar os descontos extraordinários cobrados de participantes e assistidos dos PPSPs repactuado e não repactuado. Segundo os debatedores, a proposta ainda não está fechada, mas já tem uma direção definida: buscar um acordo com a Petrobrás, por meio de ampla transação judicial, combinado à construção de um novo arranjo previdenciário.

Na apresentação inicial, Luiz Felipe, assessor previdenciário da FUP, explicou que os planos carregavam, no fechamento de 2024, déficit equacionado somado da ordem de R\$ 43 bilhões, dividido entre patrocinadoras e participantes/assistidos. Ele também detalhou o peso atual das contribuições extraordinárias: no plano repactuado, assistidos pagam 17,30% sobre o benefício; no não repactuado,

17,23%, além de incidências herdadas de equacionamentos anteriores. A avaliação apresentada foi a de que os descontos seguem comprimindo a renda dos assistidos e tornam urgente a construção de uma saída mais estável.

De acordo com o que foi exposto na live, a instabilidade dos planos não decorre apenas do desempenho dos investimentos. Mesmo com rentabilidade acima da meta atuarial em 2024, os PPSPs registraram déficit técnico antes do ajuste de precificação, porque o passivo dos planos continuou crescendo, especialmente em razão de revisões atuariais e de ações judiciais que ampliam benefícios. A leitura defendida pelos participantes da mesa foi a de que o problema não se resolve apenas com boa rentabilidade, já que o crescimento das obrigações do plano pode continuar produzindo novos déficits.

Esse ponto foi reforçado por Paulo César Martin (PC), do Sindipetro Bahia, ao tratar do chamado “passivo desconhecido”. Segundo ele, há 18.292 processos judiciais relacionados ao sistema, dos quais 11.523 tramitam na Justiça

do Trabalho, 6.477 na Justiça cível e 322 na Justiça Federal. Esse contencioso pode representar risco entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões, a depender do desfecho das ações, mantendo aberta a possibilidade de novos equacionamentos caso a estrutura atual permaneça inalterada.

No campo jurídico, Marcus Coelho, assessor jurídico da FNP, sustentou que a saída exclusivamente judicial tem baixa perspectiva de resolver o problema em prazo razoável. Segundo ele, a legislação complementar, decisões do TCU, normativas do CNPC e o entendimento consolidado nos tribunais vêm reforçando a paridade entre patrocinadora e participantes também nas contribuições extraordinárias, o que dificulta teses que pretendam transferir integralmente essa conta à patrocinadora. “Nós não vemos outro caminho, se não um caminho mais ágil, de buscar uma solução no âmbito administrativo através de uma negociação”, afirmou Marcus.

Adaedson Costa, secretário-geral da FNP e diretor do Sindipetro-LP, afirmou que o centro da discussão não é apenas decidir sobre migrar ou não mi-

grar, mas saber se a negociação resultará em uma proposta realmente vantajosa para os participantes e capaz de preservar as garantias do plano original. “O plano de fundo aqui não é migrar ou não migrar. O plano de fundo aqui é se vamos conseguir, ao final desse longo processo de negociação, ter uma proposta vantajosa para os participantes e com todas as garantias que o seu plano original tem”, disse.

A proposta em discussão tenta preservar, em um eventual novo plano, garantias consideradas essenciais do modelo atual. Entre elas estão benefício vitalício, reajuste anual pelo IPCA, reversão da aposentadoria em pensão por morte, responsabilidade paritária em eventuais insuficiências futuras e a criação de um fundo de cobertura de benefício vitalício. O pecúlio por morte, por sua vez, apareceu na live como um ponto ainda em discussão com a Petrobrás.

Marco Aurélio, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Aéreos e Fluviais (Conttmaf), afirmou que a proposta em debate prevê, em um possível novo plano, que

o valor inicial do benefício tenha diferença de no máximo 5% em relação ao valor líquido recebido hoje, já com desconto dos PEDs, a depender do aporte negociado. Ele também explicou que eventual nova cobrança extraordinária só ocorreria se o fundo criado para garantir os benefícios entrasse em desequilíbrio, uma vez que todo plano de previdência segue sujeito a riscos.

No debate, foi apresentado ainda um exercício de simulação sobre o impacto de um possível acordo. Segundo Paulo César, um aporte inicial na casa de R\$ 8,4 bilhões poderia reduzir em torno de 40% a parcela do déficit hoje paga pelos participantes. Já um valor próximo de R\$ 18 bilhões poderia praticamente quitar — ou até superar — a cota-parte atribuída aos participantes da Petrobrás, a depender da modelagem final e dos ajustes atuariais. Os debatedores frisaram, porém, que esses números são simulações, não uma proposta fechada.

Francisco Barreto, da Ambeb, reforçou que ainda não existe novo plano pronto para aprovação e que o que está sendo apresentado é uma construção comercial. Segundo ele, o esforço das entidades desde 2023 tem buscado combinar alívio financeiro imediato, sustentabilidade de longo prazo e preservação máxi-

ma dos direitos contratados.

A live também trouxe perguntas do público sobre pontos importantes da proposta. Uma delas, feita por Silvio Sinedino, atual conselheiro fiscal da Petros, questionou se o contrato dos participantes com a Petros e a Petrobrás não seria um “ato jurídico perfeito” e, por isso, não poderia ser alterado. Na resposta, Marcus Coelho disse que o entendimento predominante na Justiça é que não há direito adquirido em relação ao custeio e que as regras das contribuições extraordinárias podem ser mudadas para garantir o pagamento dos benefícios. Ele também alertou para o risco de ações judiciais com pouca chance de sucesso e que ainda podem gerar novos custos aos participantes.

Outra pergunta destacada veio de Luiza Kulitch, que lembrou o acordo de 2020 e questionou por que, mesmo após mudanças como redução do pecúlio e desconto sobre o 13º, voltaram a surgir novos equacionamentos. Paulo César respondeu que o acordo anterior reduziu o impacto de um déficit já existente, mas não eliminou os fatores estruturais de instabilidade. Segundo ele, novos déficits surgiram por conta de problemas de investimentos, continuidade das execuções judiciais e crescimento das obrigações dos pla-

nos, além de particularidades do plano não repactuado. A resposta reforçou a tese apresentada pelo fórum de que o problema não está apenas no tamanho do desconto atual, mas na permanência de uma estrutura suscetível a novos PEDs.

Também houve uma pergunta de Gilberto sobre se a imunização da carteira de investimentos seria suficiente para evitar novos PEDs em um eventual novo plano. Luiz Felipe respondeu que não é possível garantir que um plano nunca terá déficit, porque isso depende tanto dos investimentos quanto das obrigações futuras do plano. Ele acrescentou que a carteira atual dos PPSPs tem muitos títulos públicos, o que ajuda a dar mais previsibilidade, mas não elimina totalmente os riscos.

Houve ainda uma pergunta sobre a possibilidade de reabrir a Petros 3 como alternativa. A avaliação apresentada por Marco Aurélio foi de que essa hipótese não faz sentido dentro da construção em curso, porque a proposta discutida pelo fórum buscaria oferecer mais garantias do que um plano dessa natureza, especialmente pela previsão de fundo de benefício vitalício e por uma engenharia mais protetiva para os participantes e assistidos.

Ao fim, os debatedores indicaram que a próxima etapa decisiva é a tentativa de mediação no TCU, vista como fundamental para destravar o valor de uma ampla transação judicial com a Petrobrás. Depois disso, se houver avanço, a proposta ainda terá de passar pela diretoria executiva e pelo conselho de administração da estatal, pela finalização do regulamento do novo plano na Petros, pela apresentação de simulador individual aos participantes, por deliberação das entidades e, posteriormente, por aprovação formal em instâncias como Previc e Sest. Só então haveria decisão individual e voluntária sobre eventual migração.

Em síntese, a mensagem central da live foi a de que a proposta para o fim dos PEDs ainda não está pronta, mas já tem contornos definidos: buscar aporte da Petrobrás por meio de transação judicial, reduzir o peso dos descontos extraordinários e construir um novo desenho previdenciário que preserve garantias consideradas essenciais. O principal ponto em disputa, neste momento, é o valor que a Petrobrás aceitará colocar na mesa e até que ponto esse montante permitirá aliviar os descontos sem sacrificar proteção futura para aposentados, pensionistas e trabalhadores da ativa.

## SINDIPETRO-LP DISPONIBILIZA FISIOTERAPIA GRATUITA PARA ASSOCIADOS

O Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista acaba de conquistar mais um importante benefício para a categoria: atendimento gratuito de fisioterapia voltado à reabilitação de associados e seus dependentes habilitados.

O serviço será realizado na sede do sindicato, em Santos, em um espaço estruturado e equipado com aparelhos de ponta, garantindo qualidade e segurança no atendimento.

Para ter acesso ao serviço, será obrigatória a apresentação de carta de encaminhamento médico. Os atendimentos serão conduzidos pela fisioterapeuta Juliana Freitas, profissional responsável pelos acompanhamentos. A profissional é formada em Fisioterapia pela Universidade Paulista (UNIP). Os horários de atendimento serão organizados mediante agendamento, conforme disponibilidade:

- Segunda e quarta-feira 10h, 11h, 14h, 15h e 16h
- Terça e quinta-feira 9h, 10h, 11h e 14h
- Sexta-feira 9h, 10h, 11h, 14h, 15h e 16h

O agendamento dos atendimentos pode ser realizado pelo telefone (13) 3202-1100, pelo WhatsApp (13) 99770-2043 ou ainda pelo aplicativo oficial do sindicato. O app está disponível para download em apare-

lhos Android, na Google Play Store, e em iPhone e iPad, pela App Store. Para encontrar, basta buscar por “SindipetroLP” ou “Sindipetro-LP” na loja de aplicativos do seu dispositivo.

A iniciativa reforça o compromisso do Sindipetro-LP não apenas com a defesa dos direitos da categoria, mas também com a promoção da saúde e do bem-estar dos trabalhadores, das trabalhadoras e suas famílias.

## CATEGORIA REJEITA PROPOSTA DA EMPRESA, RATIFICA EXECUÇÕES DA PLR 2019 E DEBATE ATUAÇÃO POLÍTICA PARA 2026

As trabalhadoras e os trabalhadores petroleiros do Litoral Paulista rejeitaram a proposta de PLR 2019 da empresa e aprovaram no dia 16 de abril a ratificação das execuções judiciais PLR da Transpetro e da Holding. As deliberações ocorreram por meio de assembleias realizadas na sede, em Santos, e na subsede de São Sebastião, com participação dos grupos de turno das unidades operacionais, além de trabalhadores das unidades offshore. A decisão reafirma o posicionamento da categoria em defesa do cumprimento das execuções já reconhecidas, garantindo o pagamento dos valores devidos referentes à PLR. O Sindipetro-LP irá formalizar a deliberação junto à Petrobrás e às subsidiárias envolvidas.

**PLR 2019: categoria mantém execução e rejeita acordo rebai-**

**xado**

No primeiro ponto da pauta, a assembleia confirmou a defesa da continuidade das execuções judiciais da PLR 2019. A direção explicou que, em um primeiro momento, o sindicato chegou a defender a negociação porque a proposta então apresentada previa pagamento linear a todos, sem impedir que quem quisesse buscasse individualmente eventual diferença. O problema surgiu quando a Petrobrás mudou os termos e passou a condicionar o acordo à extinção das ações coletivas, inclusive para quem não aderisse individualmente. Na avaliação apresentada em assembleia, isso enfraquecia o direito coletivo, reduzia valores que hoje podem superar com folga os R\$ 6.045 ofertados pela empresa e ainda criava insegurança jurídica para a própria entidade sindical. Por isso, a categoria ratificou o ca-

minho da execução judicial.

**Eleições de 2026: representação petroleira, soberania e defesa da Petrobrás**

No segundo ponto, a assembleia debateu a necessidade de a categoria ter voz mais direta no parlamento e na disputa política nacional, com representantes e um projeto de governo comprometidos com a defesa da Petrobrás estatal, do setor de energia e da realidade dos petroleiros. Para o Sindipetro-LP, \*uma voz direta significa fortalecer, no cenário institucional, a defesa de um governo que não desmonte o Sistema Petrobrás, que mantenha a empresa pública e a serviço do desenvolvimento do país, contribuindo para o controle dos preços dos combustíveis, para o enfrentamento da inflação e para a soberania energética brasileira.\* Ao longo dos últimos anos, o movi-

mento sindical precisou muitas vezes preparar dossiês e subsídios para que parlamentares de outras categorias pudessem defender pautas do setor, o que evidencia a carência de representação mais identificada com essa agenda. Nesse contexto, foi defendido o engajamento em candidaturas comprometidas com a Petrobrás pública, os direitos da classe trabalhadora, a soberania nacional e a resistência às pressões do imperialismo sobre áreas estratégicas do país. A assembleia também reforçou a avaliação de que uma eventual vitória da direita abriria caminho para novos ataques à Petrobrás, com avanço da privatização, entrega de ativos estratégicos e submissão do país a interesses externos.

Diante desse cenário, em 2026 o Sindipetro-LP e a categoria petroleira de sua base atuarão intensamente nas eleições presidenciais e proporcionais, em defesa dos interesses da classe trabalhadora petroleira.